



GRUPO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO (GTIP)

ANDREA MACERA
Coordenadora-Geral SEAE/MF

FIESP, 7 NOV 2012



INSTRUMENTOS NORMATIVOS

- ❑ DECRETO Nº 1.602/95, Artigo 64, Parágrafo 3º:

*“Em circunstâncias excepcionais, mesmo havendo comprovação de dumping e dano dele decorrente, as autoridades referidas no art. 2 poderão decidir, **por razões de interesse nacional**, pela suspensão da aplicação do direito ou pela não homologação do compromisso de preços, ou ainda, respeitado o disposto no parágrafo único do artigo 42, pela aplicação de direito em valor diferente do que o recomendado, e, neste caso, o ato deverá conter as razões que fundamentam tal decisão.”*

- ❑ RESOLUÇÃO CAMEX Nº 13, de 29 FEV 2012, que institui o Grupo Técnico de Avaliação do Interesse Público.
- ❑ RESOLUÇÃO CAMEX Nº 38, de 11 JUN 2012, que altera a Res CAMEX 13/2012.
- ❑ RESOLUÇÃO CAMEX Nº 50, de 05 JUL 2012, que adota roteiro para pedidos de suspensão ou alteração de medidas antidumping ou compensatórias definitivas ou não aplicação das medidas provisórias.

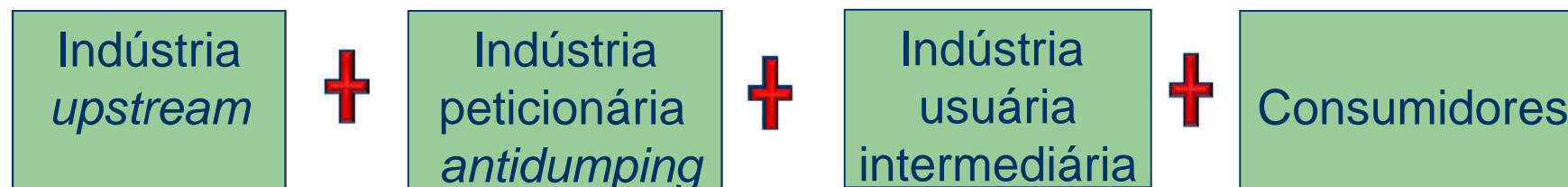


INTERESSE PÚBLICO - o que é?

O interesse público envolve duas vertentes:

- 1ª) Questões políticas mais gerais, por exemplo, preocupação com as relações comerciais com o país exportador ou com políticas setoriais específicas.
- 2ª) Questões de natureza econômica, por exemplo, desabastecimento ou impacto sobre os custos da indústria intermediária.

DEFINIÇÃO: o interesse público pode ser definido, no âmbito da legislação de defesa comercial, como uma análise do impacto da imposição de medidas de defesa comercial no país importador, tomando-se vários interesses em conjunto. Portanto, o interesse público seria a soma de todos os interesses privados da economia.





CONSIDERAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

- ❑ Impacto sobre a indústria *upstream* no caso de não-aplicação da medida;
- ❑ Impacto sobre a estrutura de mercado e a concorrência, à medida que restringe o acesso a fontes alternativas do produto;
- ❑ Disponibilidade de produtos iguais ou substitutos, de origens não-investigadas, de forma a verificar em que medida houve limitação de acesso ao produto ou a tecnologias para usuários intermediários ou consumidores;
- ❑ Impacto sobre os custos de produção;
- ❑ Impacto sobre preços.

IMPORTANTE:

- O GTIP não trata de aspectos envolvendo a metodologia de análise de *dumping*, dano e nexo causal; logo não é uma instância para recursos ou para o exercício do contraditório;
- O GTIP é um órgão consultivo, não delibera; suas conclusões são levadas ao Comitê Executivo de Gestão (GECEX) ou ao Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).



Exemplos do uso da cláusula do interesse público no Brasil (Art 64 § 3º Decreto 1.602/95)

- a) importações de pêssago em conserva originárias da Grécia, enquanto o produto integrar a Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum, em 2002 (Res Camex 11/2002);
- b) importações de ferro-cromo alto carbono originárias da África do Sul, Cazaquistão e da Rússia, em 2004, para preservar a estabilidade de preços do setor siderúrgico (Res Camex 36/2004);
- c) importações de pneus de bicicleta originárias da Índia e da China, em 2004, tendo em vista interesse do Brasil em expandir os fluxos de comércio para estes dois países (Res Camex 02/2004);
- d) importações de cimento Portland provenientes do México e da Venezuela, em 2006 e 2010, de forma a preservar a estabilidade de preços no mercado abrangido pelo direito antidumping (Res Camex 26/2006 e 64/2010);
- e) importações de nitrato de amônio originárias da Rússia e da Ucrânia, em 2008, dada a importância do produto para as principais culturas do País e o objetivo de preservar a estabilidade de preços (Res Camex 71/2008) ;
- f) importações de pneus novos de borracha para automóveis de passageiros da República Popular da China, em 2009, tendo em vista o interesse nacional expresso na política governamental de estímulo à aquisição de automóveis populares, mediante redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) (Res Camex 49/2009).



Roteiro para protocolo de pleitos de análise de interesse público

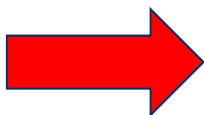
Dividido em seis partes:

- 1) Identificação do pleiteante;
- 2) Caracterização da indústria/setor afetado pela medida de defesa comercial (importância da clareza da apresentação cadeia produtiva);
- 3) Justificativa do pleito (atenção: os dados apresentados devem estar condizentes com a justificativa!);
- 4) Condições da indústria/setor afetado (características de mercado);
- 5) Condições de acessibilidade ao produto objeto da medida;
- 6) Preços.



Procedimentos

- 1) Protocolo na Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE/MF) <http://www.seae.fazenda.gov.br>
- 2) Encaminhamento e discussão no GTIP => decisão de instaurar ou não a análise a ser tomada no âmbito da CAMEX
- 3) Se instaurada, tentativa de obtenção de informações adicionais pela SEAE/MF para instrução do processo (via ofício e reuniões com o setor privado)
- 4) Elaboração de nota técnica pela SEAE e encaminhamento ao GTIP para discussão
- 5) Encaminhamento de conclusões do GTIP para a CAMEX



Prazo de análise: quatro meses a partir da instauração da análise (com publicação de Resolução CAMEX), prorrogáveis.



Aspectos positivos do GTIP

- ❑ Está em consonância com propostas de organismos internacionais (ex:OCDE) e com a experiência internacional;
- ❑ Representa um avanço na institucionalização da cláusula do interesse público;
- ❑ Separa as instâncias técnica e política;
- ❑ Torna mais transparente o processo decisório.



Obrigada!

andrea.macera@fazenda.gov.br